

nome nas urnas, que o conduziram vitorioso à Presidência da República ficaram completamente desencantados, pois de muita coisa seus eleitores sabiam, mas uma coisa desejariam que ele mostrasse: virilidade, masculinidade e coragem. Não a covardia que presidiu seu último ato.

O SR. CELSO BRANT — Senhor Presidente, não estou aqui para julgar o homem em seu momento de renúncia, mas não podemos deixar de tirar desse episódio a lição fundamental que ele nos traz. Essa lição é principalmente uma lição democrática. Em primeiro lugar, é contra o homem providencial, que tudo sabe, tudo resolve, porque esse homem é o homem que mais erra; em segundo lugar, a lição da advertência àquele que deverá sucedê-lo e que tem obrigação de dar ao povo brasileiro melhores condições de vida.

O primeiro inicio do fracasso do Governo do Sr. Jânio Quadros nós o tivemos na escolha de seu ministério. Aquela ministério não corresponde à sua promessa feita em praça pública. E desse erro inicial advieram os outros. S. Exa. ficou preso e ilhado. S. Exa. se afastou do clamor popular. S. Exa., com uma política bipartida, com uma política indefinida, que era ao mesmo tempo da esquerda e da direita, com uma política sem definição, não conseguiu ir avante, não conseguiu vencer aqueles primeiros obstáculos que lhe poderiam dar a possibilidade de cumprir os compromissos firmados diante do povo brasileiro de oferecer melhores condições de vida, para que o Brasil possa melhor realizar seus altos e alevantados destinos. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Convoco uma sessão extraordinária para hoje, às 15 horas com a mesma Ordem do Dia.

Em votação o projeto do decreto legislativo n.º 81-A, de 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São fixados os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966, em Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), mensais respectivamente.

Art. 2.º O Presidente da República receberá, ainda, a importância mensal de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), a título de representação.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

Discussão única do Projeto número 1.413-A, de 1960, do Senado que dispõe sobre o exercício da profissão de massagistas e dá outras providências tendo pareceres, da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; e, favoráveis, da Comissão de Saúde.

Relatores: Srs. Carlos Gomes e Badaró Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA — * Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o futuro é uma interrogado, aproveitemos o presente. Aquelas que gostam de falar no parlamento, falem. Se puderem, uma vez, uma; duas vezes; três, quatro, cinco vezes, falem, porque o futuro é incerto totalmente, incerto.

Dizíamos certa vez que não precisávamos ser profetas, nem filhos de profetas para proclamar a fra-

* Não foi revisto pelo orador.

155.^a SESSAO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

597

gilidade do regime que vige no País. Estamos a espera do Senhor João Goulart que já saiu, segundo as emissoras de Singapura e se dirige para o País, a fim de exercer o mandato presidencial até o fim. Ontem à noite e hoje de madrugada as estradas para os aeroportos estavam sob piquete, ocupadas por forças militares. No aeroporto de Brasília, também tanques à frente. No interior, forças embaladas da Aeronáutica, Aviões desciam e os passageiros ficavam à espera das forças da Aeronáutica que os corriam à procura do Vice-Presidente da República...

O Sr. Celso Brant — Atual Presidente da República.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... do atual Presidente da República, Sr. João Belchior Goulart.

Isto não é boato. É verdade. Mas os pronunciamentos correm o Brasil e já se ouviu hoje o último, de S. Exa, o Cardeal do Estado da Guanabara, D. Jaime Câmara, a favor do cumprimento exato dos postulados constitucionais, na conjuntura difícil que vive a pátria brasileira. E, pela Constituição, sucede ao Presidente da República, nos seus impedimentos, ou por vacância, o Vice. Não havendo eleições para preenchimento da primeira, só haveria eleições, se renunciasse o Presidente e o Vice-Presidente da República.

Já se propaga mesmo que corre no Senado uma emenda à Constituição para que as eleições à Presidência e a Vice-Presidência da República se processsem indiretamente.

Quando estudei Direito Constitucional, aprendi que só há um país, nas três Américas, que usa o sistema de eleições indiretas para a eleição de Presidente da República — os Estados Unidos da América do Norte, que elege eleitores que elegem o Presidente da República. Eleições pela Câmara, eleições pelo povo são eleições diretas. Mas entende-se que eleições feitas pe-

los deputados e senadores para escolha do Presidente da República são indiretas. Colegas há, sei, que acham não devemos tratar desses assuntos, não, devemos dizer que os aeroportos estão fechados em Brasília, que os aviões vêm sendo revistados, porque isso poderia precipitar a crise. Já há crise. Não precipita causa nenhuma. Apenas não poderemos dizer amanhã ao povo brasileiro que desconhecíamos o fato. Somos um poder desarmado. A nossa arma é a Constituição da República que nos países genuinamente democráticos, é uma grande arma.

Então, o que podemos fazer, é usando da tribuna da Câmara convidar o povo — e as Forças Armadas, também são povo — defender os princípios constitucionais. Se a Constituição não serve, se está inatualizada, seja ela reprovada, mas não há regime democrático sem Constituição. Diriam: na Inglaterra existe um tipo especial de Constituição, um respeito imperterritório à lei, até mesmo ao costume, que tem foros de lei.

O Sr. Celso Brant — Parece-me, Sr. Deputado, que deveríamos ir além. Não só temos obrigação de não calar esses problemas, como nos cumpre exigir do Executivo informações a respeito. Deveríamos solicitar ao atual Presidente da República informações sobre que tropas são essas que andam vigiando os aviões, se têm ordens para isso, de quem são essas ordens, se S. Exa. está de acordo com as mesmas e se tomou providências para acabar com essa situação.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço o aparte de V. Exa.

Vamos admitir que existia um movimento no sentido de coagir o Sr. João Goulart a renunciar. O Sr. João Goulart seria testado e julgado pelo povo brasileiro. Há expectativa dentro e fora do Parlamento. Há pressões poderosas sobre o Sr. João Goulart para que renuncie. Se existem, renunciará

S. Exa.? Lembremo-nos da figura do Sr. Getúlio Dornelles Vargas. Formou-se um movimento, até armado, para que S. Exa. fosse jogado fora do poder. Armaram-se a sua família, os seus amigos, de metralhadoras. Fêz a sua defesa. Aquél ato de coragem repercutiu no Brasil e no mundo inteiro. Ostracismo. Voltou nos braços do povo e recebeu uma consagração, elegendo-se Presidente da República. Velho cansado, exausto, desamparado, vendo a corrupção em torno de si, não tendo mais aquela capacidade de moço, do homem de meia idade, para resistir de armas na mão contra os seus inimigos, preferiu suicidar-se.

Sabia que, se continuasse vivo, jamais teria a mesma simpatia do seu povo e da sua gente. Mais novo — é o meu pensamento — teria resistido de armas nas mãos. Poderia ter sido sacrificado, mas resistiria. Poderia ter perdido o mandato, mas resistiria. E aí se faria credor da admiração de sua gente, do seu povo, até o fim de sua vida. Mas, porque já não tinha ideia de para esses atos, sabendo que vivendo, seria desprezado e teria uma vida de amargura, sob o indiferentismo ou o desprêzo do povo, suicidou-se.

Washington Luis ainda hoje é lembrado como exemplo de altivez, porque resistiu. E que resistência admirável a daquele homem! Se o Sr. João Goulart, porventura pressionado — estamos no domínio das hipóteses — renunciasse, poderia voltar para São Borja, se chegasse lá, e nunca mais seria nada neste País. Se não pudesse tomar posse, impedido, mas sem renunciar, seria credor da admiração de todo o povo brasileiro, até de seus mais empedernidos adversários.

Porque há uma desilusão neste País ninguém se engane. Recuso-me a entrar no mérito da questão fazendo uma análise dos últimos acontecimentos que culminaram na renúncia do Sr. Janio Quadros.

Penso mesmo não ser este o momento. Temos de tratar, agora, da posse do Presidente da República, eleito pelo povo para isto mesmo: vagando a Presidência, exercê-la; nos impedimentos do titular exercê-la. No impedimento dos dois, o exercício provisório passaria ao Presidente da Câmara.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho — Permite V. Exa. um aparte, dentro das considerações que vem fazendo?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não. Eu iria até fazer referência a um Barbosa Lima.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho — Otávio Mangabeira, certa vez, comparou a democracia brasileira a uma planta tenra que precisa de muito cuidado para crescer e para se firmar no solo. Tenho às vezes impressão um pouco diferente, que a democracia brasileira é racionalizada, que funciona dentro de certos preceitos constitucionais de vez que há uns preceitos para valer e outros para não significar coisa alguma. Mas apenas gostaria de perguntar neste momento a V. Exa. e à Câmara: que vale uma democracia racionalizada?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Deputado Barbosa Lima Sobrinho, V. Exa. fez uma pergunta que não havia sido formulada até agora. Que vale uma democracia racionalizada? Que vale uma Constituição interpretada ao talante daqueles que detêm a força?

A resposta de cada qual só poderia ser esta: democracia racionalizada não é democracia, não vale como democracia.

Eu me lembro, agora, das atitudes de um Barbosa Lima que governou o Estado de Pernambuco, um ancestral de V. Exa., Deputado Barbosa Lima Sobrinho. Num momento mais difícil da vida do País, e de Pernambuco, aquél Barbosa Lima, pressionado por forças militares poderosíssimas, se fez credor da admiração dessas mesmas forças militares poderosas, porque re-

sistia, na defesa de suas prerrogativas de governador do Estado de Pernambuco. Com elegância e altivez as enfrentava. Corajosamente. E, no fim, recebeu os aplausos da Nação, do povo de Pernambuco, que dêle se orgulhava, e o respeito, mais absoluto, daquelas mesmas forças federais sediadas em Recife. Era a fibra pernambucana, era a tradição de luta daquele povo. Era tanto a sua história que se consubstanciava naquela época, naquele momento, no homem que representava uma força moral incontestável, uma fibra extraordinária na defesa do seu direito de governar livremente seu povo.

Vamos reconhecer que a paz que existe hoje no Brasil é a paz dos pântanos. De que nos serviria uma democracia totalmente mutilada, se porventura for verdadeira a notícia de que no Senado se manipula uma emenda à Constituição, para que a eleição do Presidente da República se processe pelo voto dos Senadores e Deputados Federais, dos Congressistas. Se esse movimento é para agora, é porque já está manipulado, é porque já se estabeleceu, é porque já se acredita. E, pior que tudo isso, é porque já se aceita que o Vice-Presidente da República, já Presidente, não assumirá. Então os Deputados e Senadores vão receber um nome, ou dois nomes, ou três nomes, para sufragarem, e estará eleito o novo Presidente da República sem o voto popular que, para João Mangabeira, é uma das armas mais notáveis para o aperfeiçoamento político do nosso povo. Vota-se para prefeitos, governadores de Estado, Presidente da República, Deputados, Senadores, Vereadores. O povo, porém, só entusiasma, vibra, transmuda-se, cresce e se agiganta quando da eleição para prefeito. Gastam homens de Municípios milhões, às vezes para eleger um prefeito e não gastam milhares para eleger um governador de Estado, um Presidente da República. Elei-

ção para governador de Estado acende-se novo entusiasmo, a democracia se revela na sua amplitude, o povo vibra, se distingue. Eleição para Presidente da República; há vibração incontida, extraordinária, notável. Diz o velho João Mangabeira que a eliminação disto, no sistema que vive na época em que estamos, seria tremendo golpe na democracia.

Sr. Presidente, temos, aqui, este projeto, que dispõe sobre o exercício da profissão de massagista e dá outras providências (riso) e a História vai registrar que nós, apesar das ameaças que pairam, continuamos discutindo. Disse um colega, há pouco, que o navio vai naufragando e o Aurélio falando. (Riso). Quando o "Titanic" naufragava, a calma que, em certo momento, se estabeleceu foi em virtude dos músicos de bordo. Não tendo perdido o controle, executaram uma música maravilhosa e bela. O navio sobreviveu e aquele exemplo ficou, até o momento quando, da tribuna de uma Câmara Federal, e no Brasil é citado e proclamado, como uma das atitudes corajosas de um grupo de homens que sabiam que a morte os esperava, mas que tinham a obrigação preciosa de defender a tranquilidade dos que estavam no barco que afundava.

Mas tenho dito mais de uma vez que não é covardia. Nós podemos errar. No 11 de novembro tive satisfação e orgulho de ser brasileiro. Todos preocupados com a sorte do país e do regime, mas ninguém acovardado, esperando tranquilamente o desfecho. E nestas horas é que se vê quanto o brasileiro é grande em seu destino. Nos maiores perigos como este que nós vivemos, agora, enchemos os aeroportos: aqueles mesmos, cercados de fuzis, de metralhadoras e de tanques ali nos encontramos à espera do legítimo representante do povo eleito nas urnas. Se Jânio Quadros tivesse resistido, teria encontrado quase totalidade do Congresso a seu lado, lutando na de-

fesa do seu mandato. Mas é outra história. E outra conversa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu li um artigo impressionante sobre um médico massagista, creio que finlandês. Mudara-se para Alemanha. Fixara-se na Holanda, quando a última guerra eclode. Himmler, o maior carrasco de todos a História humana, adoece gravemente. São consultados os maiores especialistas da Alemanha, e ninguém descobre a origem da enfermidade. Contorcia-se, gemia, sentia-se sufocado. Vêzes pensava que a morte estava perto. Até que alguém chamou a sua atenção para um médico que fazia milagres. Convidado esse médico, revela-se que é o maior massagista da Alemanha e da Holanda. Seus dedos têm verdadeira magia. Descobrem os músculos doloridos, a causa das dores. E então pelo cérebro desse homem passou uma idéia divina: usar o seu poder de cura, a sensibilidade dos seus dedos, os seus conhecimentos, inclusive hauridos de um grande massagista indiano, para levar aquél monstro humano a abandonar a idéia fixa de eliminar totalmente os judeus da face da terra. Ele era hábil. Quando as dores se aproximavam, era chamado. Primeiro fazia com que Himmler prometesse que iria evitar a morte de tantos judeus em tal ou qual parte. O seu poder era tamanho, que Himmler, para se ver livre das dores, o atendia sempre.

Levantam-se suspeitas contra esse médico extraordinário, que é julgado. Descobre que, através das massagens que eliminava as dores do monstro nazista, ele havia evitado a morte de mais de 60 mil judeus.

E então passou a ser agraciado pela Suécia, pela Alemanha redimida, pela Holanda, por todo o mundo, um dos maiores massagistas da história.

Este projeto regula o exercício da profissão de massagista, e há muita gente, neste País, que está precisando de massagens, para que

as suas dores espirituais e físicas diminuam de intensidade, ou desapareçam, a fim de que as liberdades dos homens e dos cidadãos sejam garantidas e mantidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós não formos bons massagistas, nós, políticos, os nossos enfermos se liquidarão e nós também. Os ameaçados são o regime e a democracia. E quem os ameaça? Naturalmente, os seus inimigos que existem declaradamente ou em potencial.

Pelo projeto, o exercício da profissão de massagista só é permitido a quem possua certificado e habilitação, expedido ou registrado no Serviço de Fiscalização Médica, depois de sua aprovação em exame pelo mesmo órgão. Antigamente, qualquer parteira poderia exercer a profissão, sem qualquer autorização das autoridades competentes. Muitas vidas eram destruídas assim, em consequência da falta de esclarecimentos, da incompetência daqueles que se dedicavam a uma das profissões mais nobres, hoje reconhecida em quase todos os países do mundo civilizado.

Há países que não permitem o exercício dessa profissão às mulheres.

Houve um Congresso International de enfermeiras e parteiras. Segundo li, foi um sucesso extraordinário. De todas as partes do mundo, chegavam mulheres que se dedicam a essa nobilitante profissão hoje regulada nos países civilizados.

Há massagistas — e eu permito dizer que fui um técnico em educação física — que não podem, nem estão em condições de exercer a profissão, porque, curiosos, causam males profundos aos que se entregam aos seus cuidados. Daí a propriedade do projeto regularizando o exercício da profissão de massagista.

155.^a SESSAO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

601

Não concordo muito com o critério estabelecido no projeto para a punição dos falsos massagistas: multa insignificante que qualquer um suportará plenamente, multa de dois e cinco mil cruzeiros. O falso massagista é um perigo para o enfermo. Em vez de salvá-lo, agrava-lhe o mal. Tentei sê-lo, numa época em que dirigia times de basquetebol e de volibol, mas desisti de praticar massagens por leituras feitas que me despertaram a atenção para o fato de que eu poderia estar prejudicando os atletas que me eram entregues.

Este projeto tem a sua importância. É mesmo de grande importância, principalmente, no momento, no instante em que grupos em toda a parte reunidos, aqui, ali, além, nos quartéis, no Palácio do Planalto, no do Alvorada, talvez em subterrâneos, nos aeroportos, nas docas, nos portos de embarque e desembarque, nos sindicatos, nas sedes estudantis, muitos que divinizavam a quem não era divino, estão surpreendidos e em colapso. Já existe até um certo sebastianismo, sebastianismo eleitoral. Não fazemos vítimas, nem mártires. O momento não é de fazermos vítimas, nem mártires, porque ninguém merece hoje, neste momento, o título de vítima ou de mártir. Como estou satisfeito com a minha própria consciência, por não ter ouvido certos cantos de sereias eleitoralistas que, em vez de pensar no bem do País, pensavam em si, nos seus interesses eleitorais e pessoais e concorriam muito para a situação a que chegamos, os endeuadores profissionais, os fazedores de heróis! Toda essa história vai ser contada no futuro, não agora, porque não é o momento próprio.

O SR. PRESIDENTE — (Sérgio Magalhães, 1.^º Vice) — O tempo de Vossa Excelência está a esgotar-se.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, pediria a prorrogação do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE — (Sérgio Magalhães, 1.^º Vice) — Comunico ao nobre orador que dispõe de cinco minutos, mesmo incluindo a prorrogação.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não sabia. Não olho para o relógio. Noutro momento anotarei a hora exata, para não causar dissabores. Vou falando, porque gosto de falar, até que chegue o fim: o meu, o dos outros, o do regime ou a garantia da sobrevivência dele.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haverá surpresas. Aquela discurso de ontem foi um libelo acusatório, o maior que já ouvi. Só não o entendeu quem não o quis entender, ou quem está muito longe da realidade. Está claro. Inferia-se, deduzia-se, concluía-se. Nada tinha de mais, que justificasse nada.

Nossa luta, Sr. Presidente, é a do partido a que pertenco, que é pequeno, é pela sobrevivência do regime democrático, pela legalidade democrática, mas legalidade democrática mesmo, sobrevivência do regime democrático mesmo, não de um regime qualquer mascarado de democrático. Assim já se pronunciou o Presidente do meu partido, Professor João Mangabeira. Foi bom não ter havido recesso nestes dias. Todos estávamos aqui e, porque estávamos aqui, foi reunido o Congresso, que tornou conhecimento da renúncia do Presidente da República possibilitando a continuidade do sistema, através da posse do Presidente da Câmara.

Quando chegará o Sr. João Goulart? Chegará? Hoje ou amanhã? Está sendo ameaçado? Não está sendo ameaçado? Se ameaçado, voltará? Não voltará? São perguntas que incomodam, mas, como o não me incomodam a mim mesmo, eu as faço e respondo pelos outros a mim mesmo. Que volte, que venha, que assuma o poder. Se não puder assumir, que não venha. Que dê um exemplo vivo à posterioridade e aos que hoje vivem neste País. Se isto acontecer, haverá quem não se

esqueça. E os manipuladores das fórmulas antidemocráticas e anti-constitucionais pensem muitas vezes antes de pô-las em prática, porque poderão estar selando, não só a sorte do regime, com a sua própria.

Muitos não falam e não querem que falemos. Até bons amigos nos aconselham a não falar. Pode vir uma ditadura — dizem — e você ficará marcado! Que coisa mais terrível! *O tempora, o mores!* Traduzia um conterrâneo meu: "Chegou o tempo das amoras". Que tempos, que costumes! Não falar, para não se comprometer. Pode vir uma ditadura, os discursos são todos dissecados, cada qual é analisado e ai daquele que estiver na desgraça. Estará perdido. Então, cale o homem que sempre falou, calem os que sempre falaram, os que sempre analisaram. Quem sempre foi mudo continue mudo, não importa. Quem não tem o desejo de expor o pensamento, é respeitável sua atitude, é questão de tendência, de introversão ou extroversão, é questão que se explica perfeitamente bem. Mas, se quem sempre analisou deixar de analisar, torna-se suspeito. O bom Deputado e Senador não é apenas aquele que discute, que ocupa a tribuna discute projetos, mas é aquele que elabora, que vai às Comissões e vota conscientemente. Às vezes, não elabora; às vezes, não discute, mas seu voto é tão real e tão puro, é fruto de locubração, de estudos, é tão consciente que esse homem merece tanto respeito como aqueles que falam todos os dias e apresentam projetos. É meu pensamento. Muitos que falam todos os dias — sei de muitos deles — que discutem nas comissões sempre, que apresentam projetos, não são mais conscientes do que aqueles outros que votam conscientemente. Tudo isso é verdade.

O Sr. Adelmar Carvalho — Permite nobre Deputado. Vossa Excelência é uma voz que sempre se levantou nesta Casa com toda a

honestidade, com toda a lealdade; é uma bandeira para esta Câmara, pela sinceridade com que fala. Neste momento, se Vossa Excelência calasse, causaria decepção à Casa e à Nação, que estão habituadas a ouvir sua voz sincera e leal.

O SR. AURELIO VIANNA — Muito agradeço o testemunho de Vossa Excelência, que é muito precioso.

Se Vossa Excelência quisesse ter citado palavras, novo testamento poderia dizer: se a voz de Vossa Excelência calar, as pedras clamão, revoltadas. Nobre Deputado Adelmar Carvalho, se há momento decisivo na vida do Brasil, é este agora. Estas 48 horas são decisivas, poderemos mergulhar numa ditadura, disfarçada ou não, ou poderemos confirmar o regime, que nunca mais cairá, se aperfeiçoará sempre. É o grande teste a que está sendo submetida a democracia brasileira. Quisera neste momento pertencer a grupos políticos maiores. Quisera ter a responsabilidade de liderança de um grande grupo político. Estou satisfeito e orgulhoso de liderar a bancada de um partido pequeno, mas que está procurando, por todos os meios e formas, firmar-se como partido e se projetar defendendo as instituições democráticas. E não pertencemos a qualquer extrema, nem à extrema direita, nem à extrema esquerda. Adotamos o socialismo democrático, que defende as liberdades humanas, que perde nas urnas e nelas se recupera.

Seria uma desgraça para este país, se ele mergulhasse, e nós com ele, na ditadura, que não teria nem mesmo cunho ideológico. Esta luta, esta inquietação, esta formação de partidas, este aniquilamento de partidos, tudo isto tem um significado muito mais profundo. É um povo jovem que se desenvolve, que quer acertar, que não encontrou o rumo ainda, mas deseja encontrá-lo, que é sincero na sua humildade. Não podemos

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

603

destruir tôdas estas esperanças, estabelecendo um regime não condizente com as tendências, com a alma, com o espírito, com a bondade, com a sensibilidade do povo brasileiro, e que só poderá aniquilá-lo.

Sr. Presidente, eu, que sou deista, que acredito em Deus, há momentos em que, desesperado, descrente, desencantado — este é o termo — dos homens responsáveis pelos destinos políticos de nossa Pátria, volto os olhos para a eternidade e imploro aos Céus que preserve, que salve o povo brasileiro, não permitindo jamais ingressemos na noite dolorosa, terrível, tétrica de um regime de lábios cerrados, de um regime ditatorial desumano que transforme a criatura humana, semi-divina, num simples boneco de engonços, numa simples coisa que não tivesse alma, que não tivesse espírito, que não tivesse sensibilidade, que não tivesse vontade. Nós, espiritualistas, temos esta grande vantagem; nas épocas mais difíceis, ainda apelamos para a divindade. Na guerra, clamava-se por toda parte: "Deus Salve a América". Este momento é dos verdadeiros crentes, cristãos, espiritualistas pedirem ao supremo arquiteto do universo, como se pedia na guerra que se salvasse a América, que salve o nosso País. Mas tem que haver um encontro de vontades. Os crentes têm de ir ao encontro da vontade do Criador. Não podemos ficar insensíveis, mesmo e apesar dos nossos rogos e dos nossos pedidos, para Deus não se esqueça do nosso País. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. FERNANDO FERRARI * — Sr. Presidente, serei breve, nessa oportunidade. Talvez volte aqui muitas vezes para emitir meu pensamento, sobre as comoções espirituais e políticas que sacodem a opinião pública brasileira.

Mas, desde já, Sr. Presidente, como sou um homem de definições,

como está de acordo com meu feitiço registrar as minhas atitudes, claramente, para, sobre elas e por elas me responsabilizar perante a história, desejo, no momento, para abrir este debate que aí está, fazer declaração para constar dos Anais.

Quero começar dizendo, com profunda sinceridade, que deploro profundamente a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República. Lamento-o em razão da obra do governo que vinha realizando, no exercício de um mandato eleito que traduziu os sentimentos populares, pois coube a Jânio Quadros, na vida brasileira, abandonar a política das elites situacionais, sustentadas em privilégios de oligarquias nacionais e regionais. A encontrou sempre a oposição de situações adquiridas, obstáculos que são aquêles que hoje se erguem contra a renovação trabalhista, esquecendo que a renovação é um imperativo histórico e que o povo brasileiro já afirmou sua maturidade.

O texto da mensagem da renúncia afirma entretanto que, como Presidente da República não lhe faltaram o apoio popular e a fielidade das Forças Armadas. Assim, como um dos responsáveis pela eleição do grande brasileiro, refleti a estranheza do povo, esperando que o Sr. Jânio Quadros definisse e denuncie as "esmagadoras forças terríveis" cuja reação o teriam levado à deixar o Governo.

Creio firmemente que esta Nação, ferida tantas vezes e que resistiu ao duro golpe da renúncia sangrenta de Vargas, resistirá sempre. Ninguém mais deterá sua marcha renovadora, buscando libertar-se da miséria e do subdesenvolvimento.

O que importa, agora, acima de paixões, que nada valem frente à imortalidade da Pátria, é a sustentação da legalidade. Lutarei pela união das lideranças políticas em defesa do regime e da Constituição. Mas é indispensável que ditas lideranças prestigiem a ordem

* Não foi revisto pelo orador.

legal, sobretudo pelos exemplos de contenção e de austeridade. O povo já sofreu demais. Que saibam Governo e Congresso, sob a fiança das Forças Armadas, compreender sua angústia e seu sofrimento, dando tranquilidade aos lares inquietos.

Lanço, em nome de todos os trabalhistas renovadores do País uma mensagem de esperança aos brasileiros, pedindo que continuem serenos as suas atividades criadoras, na certeza de que a Nação retomará, impávida e gloriosa, os seus grandes caminhos de justiça, de amor de paz social.

Voltarei a esta tribuna outras vezes para, ao lado dos legisladores, ao lado dos democratas, defender a Constituição e o Cristo que nos inspira e que está sobre as nossas cabeças. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação o seguinte

PROJETO

O Congresso Nacional decreta:

O Art. 1º O exercício da profissão de massagista só é permitido a quem possua certificado de habilitação expedido e registrado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, após aprovação, em exame, perante o mesmo órgão.

Art. 2º O massagista, devidamente habilitado, poderá manter Gabinete em seu próprio nome, obedecidas as seguintes normas:

1) A aplicação da massagem dependerá de prescrição médica, registrada a receita em livro competente e arquivada no Gabinete.

2) Sómente em casos de urgência, em que não seja encontrado o médico para a prescrição de que trata o item anterior, poderá ser esta dispensada.

3) Será, sómente, permitida a aplicação de massagem manual, sendo vedado o uso de aparelhagem mecânica ou fisioterápica.

4) A propaganda dependerá de prévia aprovação da autoridade sanitária fiscalizadora.

Art. 3º É terminantemente vedado aos enfermeiros optometristas e ortopedistas a instalação de consultórios.

Art. 4º A infração do disposto na presente lei é punível, sem prejuízo das penas criminais cabíveis na espécie:

a) com o fechamento do consultório e recolhimento do respectivo material ao depósito público, onde será vendido, judicialmente, por iniciativa da autoridade competente;

b) com a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 Conforme a natureza da transgressão, a critério da autoridade autuante.

Parágrafo único. A multa de que trata a alínea b, deste artigo, será aplicada em dôbro a cada nova infração.

Art. 5º Os processos criminais decorrentes da transgressão do disposto nesta lei, serão instaurados pelas autoridades competentes, mediante solicitação do órgão fiscalizador, nas Justiças do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeiro preferência para discussão e votação do Projeto 4.334-A, de 1953, (n.º 41 da Ordem do Dia). — 26-8-61. — Benedito Vaz.